

RESOLUÇÃO Nº 005/2023/CC-SJ

São José, 31 de agosto de 2023.

O presidente do Colegiado do Câmpus São José, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 2360, de 19 de agosto de 2021 (DOU nº 158 de 20 de agosto de 2021), do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC,

Considerando o calendário de reuniões do CEPE de 2023;

Considerando que a Reunião Ordinária do Colegiado do Câmpus São José do dia 31/08/2023, não obteve quórum mínimo para deliberação;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Câmpus São José.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se e  
Cumpra-se.

**TIAGO SEMPREBOM**  
Presidente do Colegiado do Câmpus São José - IFSC



**ESPECIALIZAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
COM ÊNFASE NA  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
Câmpus São José  
*Lato Sensu*



**ESPECIALIZAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
COM ÊNFASE NA  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
Câmpus São José  
*Lato Sensu*

Elaboração:  
Paulo Henrique Amorim (Coordenador)  
Alexandre Sardá Vieira  
Ana Paula Pruner de Siqueira  
Felipe Silveira de Souza  
Gustavo Gaciba da Silva  
Humberto Luz Oliveira  
Julie Cristiane Teixeira Davet  
Luciana Gelsleuchter Lohn  
Joce Mary Mello Giotto  
Madeline Odete Silva Correa  
Manuel Sebastián Rebollo Couto  
Sandra Albuquerque Reis Fachinello  
Volmir Von Dentz

## Sumário

1.	DADOS DA IES .....	5
1.1	Mantenedora .....	5
1.2	Mantida – Câmpus Proponente.....	5
1.3	Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta .....	5
1.4	Contextualização da IES.....	5
2.	DADOS DO CURSO .....	7
2.1	Requisitos Legais .....	7
2.2	Parceria externa para a realização do curso.....	8
2.3	Dados para preenchimento do certificado.....	8
3	ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	8
3.1	Justificativa da oferta do curso.....	8
3.2	Objetivos do curso .....	9
3.3	Contribuições para o egresso .....	10
3.4	Público alvo.....	10
3.5	Ingresso no curso.....	10
3.6	Desligamento do discente.....	10
3.7	Reingresso.....	11
3.8	Matrícula especial .....	11
4	ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	12
4.1	Metodologia.....	12
4.2	Matriz Curricular.....	13
9.1	Unidades curriculares .....	13
9.2	Atividades complementares .....	21
9.3	Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem.....	21
9.4	Trabalho de Conclusão de Curso.....	22
9.5	Atividades de Tutoria (para cursos EAD) .....	22
9.6	Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente 22	
9.7	Incentivo à pesquisa, à extensão e à produção científica e tecnológica .....	24
10	CORPO DOCENTE .....	24
10.1	Coordenadoria do Curso.....	24
10.2	Corpo Docente.....	24
10.3	Colegiado do Curso .....	25
11	INFRAESTRUTURA FÍSICA .....	25
11.1	Instalações gerais e equipamentos.....	25

11.2	Pólos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD) .....	26
11.3	Sala de tutoria (para cursos EAD) .....	26
11.4	Suportes midiáticos (para cursos EAD) .....	26
11.5	Biblioteca .....	26
12	AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	27
12.1	Colegiado do Curso .....	27
13	AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO .....	27
	REFERÊNCIAS .....	28

## 1. DADOS DA IES

### 1.1 Mantenedora

**Nome da Mantenedora:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

**Endereço:** Rua 14 de Julho      **Número:** 150

**Bairro:** Coqueiros    **Cidade:** Florianópolis      **Estado:** SC

**CEP:** 88075 - 010    **CNPJ:** 11.402.887/0001-60

**Telefone(s):** ( 48 ) 3877-9000    **Ato Legal:** Lei 11.892/2008    **Endereço WEB:**

[www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)

**Reitor(a):** Maurício Gariba Júnior

### 1.2 Mantida – Câmpus Proponente

**Nome da Mantida:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus São José

**Endereço:** Rua José Lino    Kretzer 608

**Estado:** SC

**Bairro:** Praia Comprida

**Cidade:** São José

**CEP:** 88103-310

**CNPJ:** 81.531.428/0001-62

**Telefone(s):** ( 48 ) 3381-2800

**Ato Legal:** Lei 11.892/2008

**Endereço web:** [www.sj.ifsc.edu.br](http://www.sj.ifsc.edu.br)

**Diretor Geral:** Tiago Semprebom

### 1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: João Carlos Bez Batti

Email: [joao.carlos@ifsc.edu.br](mailto:joao.carlos@ifsc.edu.br)

Fone: (48) 33812840

Nome: Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim

Email: [geopaulo@ifsc.edu.br](mailto:geopaulo@ifsc.edu.br)

Fone: (48) 33812800

### 1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Com a missão de promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural, o IFSC busca ser uma instituição de excelência fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A instituição tem um longo histórico que remonta à sua criação como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em 1909. Seu objetivo era proporcionar formação profissional a jovens de classes socioeconômicas menos favorecidas.

Em 1937, a instituição mudou de nome e de status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde, transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos aos candidatos à profissão de mestre.

O nome e o status da instituição mudaram novamente em 1965, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina e, a partir de 1968, para Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC).

Nas décadas de 1970 e 1980, a então ETF-SC implantou diversos cursos, como os de Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado, motivados principalmente pelo “milagre brasileiro”, que fomentou o uso da tecnologia para o desenvolvimento econômico.

Uma das escolas inauguradas foi a Unidade de Ensino Descentralizada de São José da ETF-SC, fundada em 1988. O município de São José, situado na Região Metropolitana de Florianópolis, possui atualmente uma população estimada em mais de 287 mil habitantes no ano de 2023, sendo o quinto município mais populoso do estado.

A base de sustentação da economia do município está fundamentada no comércio, indústria e atividade de prestação de serviços. No setor industrial, destacam-se os segmentos das Telecomunicações e da Refrigeração/Climatização, que fomentam atividades de comércio e prestação de serviços nessas áreas.

Neste contexto, a unidade São José iniciou suas atividades com a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em um prédio cedido pela prefeitura. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias. Foi a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Na época, a unidade já se destacava pelo dinamismo pedagógico e pela vivência democrática, com a participação coletiva dos servidores e estudantes nas decisões sobre os rumos da escola.

Com base nas necessidades sociais e econômicas da região, a unidade de São José começou em 1998 a ofertar os primeiros cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio, além de ministrar um curso de Ensino Médio não profissionalizante.

Em 2002, a ETF-SC se transformou em CEFET-SC e começou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Em São José, passou a ser ofertado à comunidade o Curso Superior de Tecnologia em Telecomunicações, em 2004.

Mais tarde, em 2008, a Lei 11.892/2008 implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas por vários câmpus. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, também têm forte inserção na área de pesquisa e extensão.

Com esse novo status, o câmpus São José passou a ofertar em 2009 o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química e, mais recentemente, o curso de bacharelado em Engenharia de Telecomunicações. O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química passou por um processo de reestruturação e em 2015 passou a ser ofertado o Curso de Licenciatura em Química.

Em 2016, o câmpus São José passou a ofertar também o Curso de Formação Inicial em Operador de Computador Proeja Ensino Médio, ampliando suas modalidades de ensino para atender a Educação de Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

Ao longo de todo este histórico, o câmpus São José procurou inteirar-se das características e condições de trabalho presentes na microrregião e nelas envolver-se.

A instituição direciona sua atuação/intervenção para a necessária qualidade na formação dos profissionais que capacita, assim como procura estruturar o perfil dos profissionais em função das necessidades e carências do mundo do trabalho que circunda a Instituição.

A atualização e modernização da Instituição se efetivam pelas mudanças curriculares nos cursos existentes e na ampliação de novos cursos. É nesta perspectiva que se insere a oferta do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores.

A opção por esta modalidade de oferta de curso se deve à conjuntura de diversos fatores, dentre os quais se destaca:

- Consultas às necessidades de demandas das secretarias de Educação dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça e da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina;
- Ampliação do itinerário formativo do câmpus (graduação – especialização);
- Estímulo de pesquisa na área de formação docente;
- Experiência adquirida com as ofertas dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de: Formação Continuada em Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica I e Formação Continuada em Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica II;
- Possibilidade de articulação direta, assim como a participação no grupo de pesquisa do Câmpus relacionado a temática ambiental, além dos projetos de ensino e extensão relacionados a este tema.
- Infraestrutura atual do Câmpus adequada à oferta deste curso.
- Disponibilidade de quadro de docentes no Câmpus, para a oferta deste curso.

Portanto, a escolha buscará atender parte das necessidades de demandas apresentadas pelas secretarias consultadas a partir do quadro de docentes do Câmpus e estrutura física disponível. O curso oportuniza ainda uma possibilidade de itinerário formativo aos estudantes egressos das licenciaturas do IFSC e demais instituições que atuam na formação inicial de professores.

## 2. DADOS DO CURSO

Nome do curso: Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores

Modalidade: Presencial

Área: Educação

Carga Horária: 360 h (componentes curriculares) e 60 h (TCC)

Periodicidade: anual

Período: 18 meses

Número de vagas: 40

Horário e frequência das aulas: Aulas semanais em dois dias da semana no período noturno das 18h30min às 22h30min.

### 2.1 Requisitos Legais

Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.



Resolução CEPE/IFSC nº 21, de 7 de abril de 2022 - Altera a Resolução CEPE/IFSC no 102 de 18 de outubro de 2018, que regulamenta os processos acadêmicos relativos ao funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina, (IFSC).

Resolução CEPE/IFSC nº 45, de 12 de maio de 2022 - Aprova as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina.

## **2.2 Parceria externa para a realização do curso**

Não se aplica.

## **2.3 Dados para preenchimento do certificado**

Titulação: Especialista em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores. Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Resolução CEPE/IFSC nº 22, de 7 de abril de 2022 - Altera a Resolução CEPE/IFSC no 102 de 18 de outubro de 2018, que regulamenta os processos acadêmicos relativos ao funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina, (IFSC). Resolução CEPE/IFSC nº 45, de 12 de maio de 2022 - Aprova as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina.

# **3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO**

## **3.1 Justificativa da oferta do curso**

Durante a trajetória do Grupo de Trabalho que pensou a criação deste curso, várias questões precisaram ser respondidas, dentre as quais, como primordiais estavam: Qual o nível do curso? Qual a área do curso? Qual a modalidade do curso? Qual a concepção de educação que respaldará as ações desenvolvidas no curso?

Aos poucos, com o andamento dos encontros do grupo, a proposta foi se desenhando e, dentre outros fatores que nortearam a proposta aqui apresentada, convém destacar a base legal garantida pelo Decreto nº 6095 de 24/04/2007 – o qual estabelece diretrizes para a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional. – E a Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – a qual instituiu os Institutos Federais e estabelece o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica.

O grupo de trabalho que desenvolveu esta proposta pertence à Área de Cultura Geral, área esta que implantou e compõe o corpo docente do curso de Licenciatura em Química. E,

pensando no itinerário formativo dos egressos deste curso, nasceu a ideia de criar um curso de pós-graduação, para atender, entre outros, esse fim.

Buscando também verificar a necessidade de um curso de pós-graduação para um público docente do entorno geográfico do Câmpus São José do IFSC, o grupo de trabalho realizou encontros com as secretarias municipais dos municípios de São José e circunvizinhos, bem como com a Secretaria Estadual de Educação. Após reuniões individuais com responsáveis pelas secretarias, os mesmos foram reunidos em conjunto no nosso câmpus a fim de apresentarem suas necessidades quanto à formação de professores. Todas as Secretarias deram retorno positivo à proposta de oferta de curso de pós-graduação e sinalizaram a carência de grande parte dos professores da Educação Básica por cursos deste nível com oferta gratuita e de qualidade, conforme documentado na reportagem de 26 de fevereiro de 2016, do informativo do IFSC<sup>1</sup>.

Ao encontro dessa necessidade vem o corpo docente da Área de Cultura Geral do Câmpus, formado quase que em sua totalidade por Mestres e Doutores, dentre os quais em áreas afins à educação ambiental. Cumpre destacar outros dois fatos que vieram a reforçar a escolha da área de educação ambiental: a oferta de um curso FIC nesta área – Práticas Pedagógicas em Educação Ambiental Crítica, no câmpus São José, nos anos de 2014 e 2015 – o qual atraiu fortemente a participação de professores da Educação Básica – e a formação do grupo de pesquisa NEETA (Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologia e Ambiente) no ano 2015.

Sendo assim, estavam respondidas as duas primeiras questões: vamos oferecer uma especialização *Lato Sensu*, na área de Educação Ambiental, com ênfase em Formação de Professores. Considerando a possível troca de experiências entre os profissionais da educação com tempo de atuação na Educação Básica e os licenciados recém-formados, grupos que compõem a demanda para as turmas do curso, optou-se por oferecer um curso na modalidade presencial. Todavia, pensando também na grande demanda de trabalho dos professores já atuantes na Educação Básica, será destinada uma parte da carga horária de cada Componente Curricular (20%) para execução de tarefas na modalidade à distância.

A concepção de educação ambiental crítica problematizadora pareceu-nos a que melhor responde aos objetivos do curso, de formação de professores críticos e reflexivos em relação às questões ambientais. Segundo Maestrelli e Torres (2016) a concepção de educação crítica transformadora é a que melhor atende aos atributos da educação ambiental escolar proposta pela legislação nacional para a educação ambiental.

Respondidas as quatro questões básicas, pensou-se em componentes curriculares que contribuam com a formação do professor na área de educação ambiental, de forma a possibilitar um maior aprofundamento nas questões ligadas ao meio ambiente, sem perder sua identidade de educador e contribuindo com mudanças no cenário atual das escolas e na consciência ecológica de seus estudantes.

### 3.2 Objetivos do curso

Objetivo Geral:

Oferecer aos profissionais da educação, capacitação em nível de especialização, na área de educação ambiental, buscando contribuir na formação de sujeitos socioambientalmente responsáveis.

Objetivos Específicos:

- Oportunizar aos profissionais de espaços educativos formais e não formais, o contato com pesquisas em educação ambiental.

<sup>1</sup> Link da reportagem: <http://linkdigital.ifsc.edu.br/2016/02/25/grupo-do-campus-sao-jose-estuda-nova-oferta-para-formacao-de-formadores/>

- Propiciar um espaço de discussão e aperfeiçoamento profissional por meio da educação interdisciplinar, continuada e permanente.
- Promover o ensino interdisciplinar e contextualizado da educação ambiental.
- Fomentar a formação do professor crítico e reflexivo, capaz de interpretar o ambiente a partir de conhecimentos em educação ambiental.
- Proporcionar o contato com diferentes metodologias didático pedagógicas no âmbito da educação ambiental.
- Contribuir na reflexão do conhecimento socioambiental para aplicá-lo no âmbito de atuação local, regional e nacional.
- Fomentar a elaboração de projetos de intervenção em educação ambiental, bem como a socialização e divulgação dos resultados das pesquisas produzidas.

### **3.3 Contribuições para o egresso**

Ao final deste curso, o egresso terá vivenciado experiências que lhe permitirão ampliar a visão interdisciplinar de questões relacionadas ao ambiente e promover debates sobre a questão ambiental de modo crítico e reflexivo. Espera-se que o egresso seja capaz de ir além do conservacionismo, abrangendo em suas discussões assuntos como desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade social.

Metodologias didático-pedagógicas exploradas neste curso deverão permitir que o educador melhore a capacidade de fazer transposições didáticas, conciliando o saber construído em iniciativas de pesquisa ambiental com os interesses, anseios e necessidades de seu público, tanto em espaços formais quanto em espaços não formais de educação.

### **3.4 Público alvo**

As vagas são destinadas a profissionais de nível superior que pretendam atuar em instituições de ensino públicas e/ou privadas, bem como em espaços educativos não formais. O candidato deve ser portador de diploma de curso de graduação.

### **3.5 Ingresso no curso**

O ingresso no Curso será realizado mediante inscrição em processo seletivo específico a ser gerido pelo Departamento de Ingresso (DEING), a partir da publicação de edital público para esse fim, com vistas a selecionar candidatos a partir de sorteio público.

### **3.6 Desligamento do discente**

O desligamento do discente do curso ocorre pelo cancelamento de matrícula. Esse procedimento poderá ocorrer tanto por iniciativa do estudante quanto da instituição.

O cancelamento de matrícula por iniciativa do estudante será realizado a qualquer tempo, mediante requerimento específico enviado à Coordenação de Curso. A apreciação do requerimento de cancelamento será realizada pela Coordenadoria de Curso, que, caso julgue necessário, poderá solicitar parecer da Coordenadoria Pedagógica.

O cancelamento de matrícula de estudante por iniciativa do IFSC poderá ocorrer:

- I. por substituição de outro candidato aprovado quando o estudante da fase inicial do curso deixar de comparecer a todas as aulas das duas primeiras semanas letivas, sem justificativa, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga;

- II. por abandono, a qualquer tempo, quando o estudante deixar de comparecer duas semanas letivas consecutivas sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior;
- III. por desistência, quando o estudante não fizer sua matrícula, conforme as especificações deste documento, ou não apresentar o TCC, conforme o prazo estipulado neste documento.
- IV. por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;
- V. por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do estudante;
- VI. por falecimento do estudante.

Compete à Coordenadoria Pedagógica, em parceria com a Coordenadoria de Curso, acompanhar a frequência e informar à Direção do Câmpus as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenadoria de Curso e Coordenadoria Pedagógica.

O discente que não concluir o curso até o dobro do período de integralização previsto neste PPC, incluindo o TCC, terá sua matrícula cancelada, por expiração do prazo máximo de integralização.

### **3.7 Reingresso**

De acordo com a Resolução CEPE/IFSC nº 21, de 7 de abril de 2022, o discente com matrícula cancelada poderá requerer reingresso à Coordenação de Curso, exceto em casos de transgressão disciplinar. A Coordenação de Curso é responsável por gerenciar as ações de reingresso, estando o deferimento das solicitações condicionado à disponibilidade de vagas e à adaptação curricular, quando for necessária.

### **3.8 Matrícula especial**

Serão admitidas matrículas especiais nos termos da Resolução CEPE/IFSC nº 21, de 7 de abril de 2022, quando afirma que:

*Art. 19. Matrícula em componente curricular isolado é aquela feita pelo aluno regularmente matriculado no IFSC em componentes curriculares não previstos no currículo do seu curso, podendo ser de qualquer curso de mesmo nível, mediante disponibilidade de vaga.*

*§1o A solicitação será requerida pelo aluno, na Secretaria Acadêmica ou quando curso EAD no polo/NEAD, no período previsto no calendário acadêmico.*

*§2o O deferimento ficará condicionado à aceitação da Coordenadoria de Curso considerando o PPC do curso ofertante, à existência de vaga e à inexistência de conflito de horário, bem como o limite de dois componentes curriculares por período letivo.*

*§3o O aluno estará submetido ao sistema de avaliação do PPC ofertante do componente curricular isolado.*

*§4o O componente curricular cursado será incluído no histórico escolar do aluno, não podendo, no entanto, ser considerado para a integralização da carga horária total do curso.*

*Art. 20. A solicitação de matrícula em componente curricular isolado será atendida conforme a seguinte ordem de prioridade:*

*I. aluno regularmente matriculado em curso de pós-graduação do IFSC;*

*II. profissional da área;*

*III. aluno com mais idade. (IFSC, 2022b)*

## **4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**

### **4.1 Metodologia**

Nesse contexto, ancorado pelo princípio da aprendizagem dialógica, educadores e educandos estudam, aprofundam, refletem e se apropriam das questões da educação ambiental, partindo das leituras de mundo que cada um traz das suas vivências. O princípio de aprendizagem deve qualificar a formação nas perspectivas Libertadora e Histórico-Crítica da educação para promover a transformação de hábitos e práticas sociais. Como consequência desses caminhos pedagógicos, pretende-se construir uma cultura de educação ambiental que mobilize coletivamente os sujeitos da aprendizagem para as questões da tríade: educação, sustentabilidade e cidadania.

Essa demanda pela conscientização das questões ambientais exige um fortalecimento de visões e ações integradoras estimulando a reflexão em torno da construção de sentidos nas relações homem/natureza e consumo/meio ambiente. Para que essa discussão perpassasse o curso é preciso inseri-la numa visão crítica capaz de agregar relações entre as dimensões política, econômica e social face à interdependência das questões ambientais locais, regionais e globais.

A partir do século XX, os problemas ecológicos clamaram por um novo paradigma que viesse a substituir a visão compartimentada do conhecimento por um novo conhecimento que permita fazer a interseção de vários campos dos saberes, portanto interdisciplinar. Cabe à educação, contribuir para a formação de pessoas capazes de se defrontarem com os problemas do seu ambiente cultural e natural, através de uma educação dinâmica e dialética numa perspectiva global dos problemas e das soluções a serem enfrentadas (GALLO, 2001).

Por isso, a abordagem emancipatória do campo da educação assumida neste projeto, compartilha olhares de autores críticos como Freire (1987; 2002); Saviani (2012), Giroux (1997) e, no campo do meio ambiente, de pensadores como Leff (2010), Boff (2010), Georgescu-Roegen (2012), Reigota (2010), entre outros. Apoiadas nesses referenciais, as práticas docentes vivenciadas ao longo desta especialização são interdisciplinares e estão abertas a diversas metodologias que permitem incluir atividades tais como oficinas, projetos

de intervenção, práticas voltadas para educação ambiental, saídas de campo, estudos de caso, etc.

Os componentes curriculares obrigatórios do curso serão oferecidos em aulas semanais em duas noites (a serem definidas em cada edital), perfazendo uma carga horária de 360 h/a. Todos os componentes terão 20% das suas cargas horárias com atividades na modalidade a distância. Para a realização dessas atividades será utilizado o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do SIGAA (AVEA). Além dos horários de aula, os estudantes poderão entrar em contato com os docentes em horários de atendimento paralelo divulgados no início de cada semestre letivo, bem como através de ferramentas eletrônicas (e-mail e AVEA).

## 4.2 Matriz Curricular

Tabela 1: Matriz Curricular do Curso

UC	CH	Semestre
1 Panorama da Educação Ambiental no Brasil	45	1º
2 Fundamentos Epistemológicos da Educação	45	
3 Currículo e Educação Ambiental	45	
4 Práticas Educativas em Educação Ambiental	45	
5 Metodologia da Pesquisa em Educação	45	2º
6 Ciência, Tecnologia, Ambiente e Política	45	
7 Educação, Meio Ambiente e Saúde	45	
8 Seminário para Elaboração de TCC	45	
9 Trabalho de Conclusão de Curso	60	3º
<b>Total</b>	<b>420</b>	

Tabela 1 - Matriz curricular do Curso. UC: Unidade Curricular. CH: Carga Horária (horas). Com exceção do Trabalho de Conclusão de Curso, os demais componentes curriculares terão 45h, sendo 36h presenciais e 9h a distância. UC: Unidade Curricular. CH: Carga Horária (horas). Com exceção do Trabalho de Conclusão de Curso, os demais componentes curriculares terão 45h, sendo 36h presenciais e 9h a distância.

## 9.1 Unidades curriculares

Unidade Curricular: Panorama da Educação Ambiental no Brasil	CH 45h
<b>Competências / Objetivos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a trajetória da institucionalização da questão ambiental.</li> <li>• Identificar as origens da relação entre educação e questão ambiental a partir da segunda metade do século XX.</li> <li>• Reconhecer as diferentes tendências sobre educação ambiental presentes na sociedade brasileira.</li> </ul>	
<b>Conhecimentos:</b> <p>A formação da questão ambiental nas escalas nacional e internacional. O desenvolvimento do conceito de educação ambiental. As perspectivas teóricas sobre ambiente e sobre educação ambiental. A institucionalização da educação ambiental no Brasil. Os diferentes espaços da educação ambiental na sociedade brasileira.</p>	
<b>Bibliografia básica:</b> <p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <b>Identities na educação ambiental brasileira.</b> Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em:</p>	

<https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/101-serie-desafios-da-ea.html> Acesso em 05 de julho de 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2009.

#### **Bibliografia complementar:**

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. **O Desafio Ambiental**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola: Por uma educação ambiental pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

#### Unidade Curricular: Fundamentos epistemológicos da Educação CH 45h

##### Competências / Objetivos:

- Conhecer a história das perguntas e problemas filosóficos buscando envolvimento e aproximação com as questões da educação e da educação ambiental;
- Analisar criticamente as teorias da educação, identificando os paradigmas científicos recorrentes, seus fundamentos epistemológicos e filosóficos (gnosiológicos e ontológicos);
- Entender as questões éticas e filosóficas que fundamentam as propostas contemporâneas de educação ambiental.

##### Conhecimentos:

História do pensamento filosófico e das ideias pedagógicas;

Principais tendências e paradigmas teóricos na filosofia e na filosofia da educação; os giros epistemológicos; as teorias do conhecimento nas epistemologias modernas e contemporâneas;

As concepções éticas que fundamentam os conhecimentos e as práticas em educação ambiental (ética planetária e ética ambiental);

#### **Bibliografia básica:**

FLICKINGER, H. G. O ambiente epistemológico da educação ambiental. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 19, jul./dez. 1994. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/Issue/3048/317>.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política** [ebook]. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524921292/pageid/0>

#### **Bibliografia complementar:**

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

LORENZETTI, Leonir. DELIZOICOV, Demétrio. **Estilos de pensamento em educação ambiental**: uma análise a partir das dissertações e teses. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências- ENPEC. Florianópolis, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. 77 p.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 41. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 474 p. (Coleção memória da educação).

SEVERINO, A. **Filosofia da Educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

#### Unidade Curricular: Currículo e Educação Ambiental CH 45h

##### Competências / Objetivos:

- Compreender as articulações entre currículo, cultura, identidade, enfocando a formação pedagógica e continuada dos sujeitos inseridos nos espaços de educação ambiental.
- Identificar as práticas educativas de educação ambiental expressas nos currículos escolares.
- Refletir sobre as teorias de currículo.

##### Conhecimentos

Teorias do currículo. Currículo prescrito e real.

Currículo e cultura na construção de identidades e na constituição de práticas pedagógicas em educação ambiental.

As articulações entre currículo, cultura, identidade.

Educação ambiental na escola: currículo escolar; aspectos da aprendizagem, conteúdos, estratégias de ensino e processos de avaliação.

##### Bibliografia Básica:

MAESTRELLI, S. TORRES, J. Abordagem Temática Freireana: uma concepção curricular para efetivação de atributos da educação ambiental escolar. **Revista e-Currículo**, São Paulo, nº 12, v. 2, maio /out. 2014, ISSN: 1809-3877. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - PUC/SP. <http://revistas.pucsp.br/index.php/Curriculum>

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TORRES, J.. MAESTRELLI S. Apropriações da concepção educacional de Paulo Freire na educação ambiental: um olhar crítico. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1674/1523>

##### Bibliografias complementares



BRASIL.PNEA: **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>

LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjI66qJzf\\_v\\_AhU6pZUCHV6tAT8QFnoECCIQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fambeduc%2Farticle%2Fdownload%2F897%2F355%2F1852&usq=AOvVaw3kqhTMfMhInbENxPZtv-90&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjI66qJzf_v_AhU6pZUCHV6tAT8QFnoECCIQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fambeduc%2Farticle%2Fdownload%2F897%2F355%2F1852&usq=AOvVaw3kqhTMfMhInbENxPZtv-90&opi=89978449)

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política [ebook]. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524921292/pageid/0>

SILVA, T.T. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1990.

#### Unidade Curricular: Práticas Educativas em Educação Ambiental CH 45h

Competências / Objetivos:

- Conhecer processos de ensino, pesquisa e extensão de práticas pedagógicas em espaços educativos formais e não formais voltados à educação ambiental, almejando a construção de uma problemática para o projeto de pesquisa e/ou intervenção.
- Realizar observações e/ou intervenções nos espaços educativos formais e/ou não formais voltados à educação ambiental.
- Elaborar diário de campo como instrumento de registro e reflexão do processo de pesquisa.

Conhecimentos

Princípios da educação ambiental problematizadora.

Teorias e práticas de educação ambiental no ensino formal e não formal.

Fundamentos de educação ambiental em diversas abordagens: ecológica, filosófica e histórica.

Sujeitos da aprendizagem em educação ambiental, na interação com criança, jovem, adulto e idoso dos espaços educativos formais e não formais.

#### Bibliografia básica:

ANDRÉ, M. E. D. A. de (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SLONSKI, Gladis Teresinha. TORRES Juliana Rezende. A Educação Ambiental Crítico-transformadora e o que fazer dos educadores ambientais do IFSC. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**. REVISEA, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, V. 9, N. 1, 2022. ISSN Eletrônico: 2359 – 4993. <https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/view/18107/13055>

#### Bibliografia complementar:

FREIRE, P. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj166qJzfv\\_AhU6pZUCHV6tAT8QFnoECCIQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fambeduc%2Farticle%2Fdownload%2F897%2F355%2F1852&usq=AOvVaw3kghTMfMhlnbENxPZtv-90&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj166qJzfv_AhU6pZUCHV6tAT8QFnoECCIQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.furg.br%2Fambeduc%2Farticle%2Fdownload%2F897%2F355%2F1852&usq=AOvVaw3kghTMfMhlnbENxPZtv-90&opi=89978449)

MOHR, A. & SCHALL, V. T. **Rumos da educação em saúde no Brasil e sua relação com a educação ambiental.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 8(2), p. 199-203. 1992.

<https://www.scielo.br/j/csp/a/Rp73kfcTnYZdGBrQxnvTwRG/abstract/?lang=pt>

ZABALZA, M. A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional;** tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 309 p., il., 21 cm. ISBN 9788598271873.

SANTA CATARINA. **Educação ambiental: políticas e práticas pedagógicas.** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: 2018.

<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/cadernos-sobre-as-diversidades-e-os-temas-que-os-compoem/7375-caderno-educacao-ambiental-politicas-e-praticas-pedagogicas-nea>

SÃO PAULO. **Roteiro para Elaboração de Projetos de Educação Ambiental.** Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo: 2013.

<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2014/01/roteiro-proj-ea.pdf>

**Unidade Curricular: Metodologia da pesquisa em Educação CH 45h**

**Competências / Objetivos**

- Conhecer pesquisas no campo da educação ambiental a partir de diferentes bases epistemológicas, com o propósito de elaborar o projeto de pesquisa e/ou intervenção.
- Identificar diferentes tendências teóricas da pesquisa em educação e relacioná-las com concepções e práticas educativas voltadas as questões ambientais.

**Conhecimentos**

Metodologias de Pesquisa (etnografia, estudo de caso, pesquisa-ação, história de vida e pesquisa documental).

Instrumentos de pesquisa (diários de campo, questionários e entrevistas).

Elaboração do projeto de pesquisa e/ou intervenção.

**Bibliografia Básica**

ANDRE, M. **O papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores**. Campinas: Papirus, 2001.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

**Bibliografia Complementar**

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1985.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. Ed. Barueri: Atlas, 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses, e variáveis, metodologia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

**Unidade Curricular: Ciência, Tecnologia, Ambiente e Política CH 45h**

**Competências / Objetivos**

- Identificar a relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico e crise ambiental na contemporaneidade.
- Reconhecer sujeitos sociais e relações de poder atuantes em questões ambientais.
- Analisar políticas públicas de conservação da natureza e gestão ambiental.

## Conhecimentos

Ciência, técnica e tecnologia e suas implicações econômicas, sociais e ambientais. Ciência, ambiente e risco: contradições do conceito de desenvolvimento. O ambiente como política: movimentos sociais e justiça ambiental. As políticas públicas ambientais no Brasil.

### Bibliografia básica

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2017, 2.ed.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Civilização Brasileira. 2006. Civilização Brasileira. 2006

### Bibliografia complementar:

ACSELRAD, H. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 16, n o 35, jan/abr 2014, p. 84-10.

COLLINS, H.; e PINCH, T. **O Golem à Solta - O que você deveria saber sobre tecnologia**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2009.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W.. **A des-ordem ambiental planetária**. In: HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. A nova des-ordem mundial. UNESP. 2003.

RIBEIRO, W. C. **A Ordem Ambiental Internacional**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Mudanças Climáticas, Realismo e Multilateralismo**. Terra Livre. v. 18, n. 1, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios: Uma Introdução à Ecologia Política**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

## Componente Curricular: Educação, Meio Ambiente e Saúde CH 45h

### Competências / Objetivos

- Analisar o processo saúde x doença na comunidade e no ambiente, visando redução de danos à saúde;
- Estimar as questões relativas ao meio ambiente em que vivemos, considerando seus elementos físicos e biológicos, além dos modos de interação do homem e da natureza, por meio do trabalho, da ciência e da tecnologia;
- Ter conhecimento sobre as principais doenças que afetam o homem relacionadas ao ar, à água, aos alimentos contaminados, as excretas humanas e resíduos sólidos, além de compreender os mecanismos de transmissão dos agentes causadores de doenças e as principais formas de prevenção;
- Conhecer os efeitos de poluentes provenientes de atividades antrópicas sobre os ecossistemas e a saúde dos seres vivos;
- Reconhecer o saneamento básico como requisito necessário à preservação e melhoria da saúde humana;
- Analisar as representações sociais e econômicas de consumidores, agricultores e empresários a respeito de alimentos e cultivos geneticamente modificados.

## Conhecimentos

Ecologia: revisão dos principais conceitos;

Processo Saúde X Ambiente: fases das doenças, tipos de doenças, vetores e resíduos agroquímicos. Poluição ambiental: Poluição do solo / Poluição da água / Poluição do ar / Poluição sonora.) Saneamento Básico e Vigilância Sanitária

Abastecimento de água / Esgotamento Sanitário / Saneamento dos resíduos sólidos (lixo) / Destino final dos resíduos sólidos / Redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos.

Tópicos especiais em Ecologia: Efeito estufa / Destruição da camada de ozônio / Doenças endêmicas: o peso do fator genético e dos fatores ambientais em doenças típicas de determinadas regiões)

/Transgênicos /Agrotóxicos /Agricultura sustentável /Pegada ecológica /Desenvolvimento e ética).

## Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 8. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf). Acesso em: 02 de junho de 2023.

FALEIRO, F., ANDRADE, S. **Biotecnologia, Transgênicos e Biossegurança**. Planaltina: Ed. Embrapa Cerrados, 200. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77737/1/faleiro-02.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

## Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios\\_construcao\\_politica\\_saude\\_ambiental.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios_construcao_politica_saude_ambiental.pdf). Acesso em: 02 de junho de 2023.

COURA, J R. **Dinâmica das Doenças Parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2V. 2005. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Manual de Saneamento. Brasília, 2007.

MONQUERO, P. **Plantas transgênicas resistentes aos herbicidas**: situação e perspectivas. Bragantia, Campinas, v.64, n.4, p.517-531, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/brag/a/dwMFtzj5khrNXCQHv9cWL9p/?lang=pt>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

NEVES, D. P. **Parasitologia médica**. 11 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010. NEVES, D. P. Parasitologia Humana. 11 ed. São Paulo: Atheneu, 2004.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2011.

PELICIONI, .; MIALHE, F. **Educação e Promoção da Saúde**: Teoria e Prática, 2a edição. Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788527734745. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734745/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

UZOGARA, S. **The impact of genetic modification of human foods in the 21st century**: A review. Biotechnology Advances, vol. 18, p. 179-206, 2000.

Unidade Curricular: Seminário para elaboração de TCC CH 45h	
Competências / Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Subsidiar a construção do trabalho de conclusão de curso.</li> <li>• Oportunizar a socialização dos resultados de pesquisas e/ou intervenções realizadas.</li> <li>• Orientar a apresentação do trabalho de curso perante banca examinadora.</li> </ul>
Conhecimentos	<p>Modalidades de TCC previstas no currículo</p> <p>Organização e análise dos dados sob a luz do referencial teórico escolhido.</p> <p>Discussão e problematização dos resultados obtidos.</p> <p>Subsídios para a elaboração e apresentação dos artigos.</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<p>GIL, Antonio Carlos. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. 7 ed. Barueri: Atlas, 2022.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. 24a ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p>
<b>Complementar</b>	<p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. <b>Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese</b>. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>GONSALVES, Elisa Pereira. <b>Conversas sobre iniciação à pesquisa científica</b>. 5 ed. Campinas: Alínea, 2011.</p> <p>MARQUES, Mario Osorio. <b>Escrever é preciso: o princípio da pesquisa</b>. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Redação Científica prática de fichamentos, resumos, resenhas</b>. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2023.</p>

## 9.2 Atividades complementares

Não se aplica.

## 9.3 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

Considerando a autonomia que os referenciais legais citados transferem/confiam aos projetos pedagógicos de curso, em nosso projeto o parâmetro para a avaliação da aprendizagem terá como fundamento a concepção de avaliação formativa. Nessa perspectiva serão valorizados aspectos qualitativos do aproveitamento acadêmico, sem a prevalência dos aspectos quantitativos. Esse esforço de aliar as dimensões qualitativa e quantitativa do rendimento da aprendizagem é sempre um desafio, pois historicamente a avaliação foi excludente, atuando predominantemente na sua função classificatória. Já a concepção de avaliação formativa, que se quer adotar nas práticas deste curso, é incluyente na medida em que proporciona uma efetiva aprendizagem dos sujeitos através do acompanhamento didático pedagógico. Para a avaliação ser formativa e inclusiva é preciso assegurar meios para que o estudante possa se desenvolver e realmente aprender. Esta forma de avaliação faz com que as modalidades de “avaliação diagnóstica, formativa e somativa” se integrem sem sobreposições ou privilégios (PEREIRA, 2011, p. 89).

No âmbito desta especialização busca-se um alcance de atuação junto a um público de estudantes inseridos em espaços educativos formais e não-formais, o que corrobora com a

importância das vivências práticas de avaliação processuais e inclusivas em todo percurso de sua formação.

Na primeira aula de cada componente curricular, o professor apresentará aos estudantes o plano de ensino do referido componente com propostas de avaliações a serem discutidas e combinadas com a turma.

Os critérios de avaliação levarão em conta os objetivos que preconizam a oferta deste curso. Os instrumentos de avaliação serão utilizados de acordo com a natureza do componente curricular e com a proposta do plano de ensino. Sejam as avaliações realizadas presencialmente ou a distância, de maneira geral, elas poderão englobar trabalhos e atividades individuais e/ou em equipe, relatórios, diários de campo, portfólios, projetos de intervenção, produção de material didático, entre outras.

A avaliação da aprendizagem do estudante dar-se-á de acordo com o prescrito no Regulamento Didático Pedagógico (RDP) do IFSC. Além da RDP, o embasamento legal das práticas de avaliação levará em consideração a Resolução CEPE/IFSC nº 21 de 7 de abril de 2022.

#### **9.4 Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório dedicado à sistematização dos conhecimentos e das práticas desenvolvidas pelo estudante no decorrer do curso de pós-graduação. Estarão aptos a realizar TCCs estudantes que tenham cursado com êxito todos os componentes curriculares que lhe antecedem. Este componente curricular tem carga horária de 60h.

Os TCCs deverão ser apresentados em um dos formatos previstos na Resolução CEPE/IFSC nº 45 de 12 de maio de 2022. Os TCCs poderão ser realizados de maneira individual ou em dupla e serão orientados por um professor-orientador e, opcionalmente, poderão contar com até 2 professores co-orientadores.

O TCC deve ser plenamente concluído no prazo de 6 meses corridos a partir do início do semestre letivo. A realização do TCC envolve: a) vinculação a um professor-orientador no momento da inscrição no componente curricular; b) entrega do TCC em formato digital aos membros de Comissão Examinadora, composta em conformidade com a Resolução CEPE/IFSC nº 45 de 12 de maio de 2022, e à coordenação do curso com pelo menos 15 dias de antecedência em relação ao prazo final; c) apresentação do TCC à Comissão Examinadora, e aprovação pela referida comissão; e d) entrega de um exemplar impresso e um exemplar digital da versão final do TCC à biblioteca do Câmpus São José.

Para fins de avaliação, os examinadores atribuirão conceitos numéricos inteiros de 0 (zero) a 10 (dez). Serão considerados aprovados pela Comissão Examinadora os TCCs com conceito igual ou superior a 6,0 (seis).

O prazo para apresentação do TCC poderá ser prorrogado mediante solicitação à Coordenação do Curso em formulário próprio a ser disponibilizado por esta, salvo em casos previstos pela legislação. A prorrogação deverá ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência em relação ao prazo final. O período de prorrogação terá duração máxima de 6 meses.

#### **9.5 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)**

Não se aplica

#### **9.6 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente**

O aproveitamento das unidades curriculares cursadas anteriormente será realizado de acordo com os artigos 32 e 33 Resolução CEPE/IFSC nº 45 de 12 de maio de 2022, que dizem:

*Art. 32. Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos nesta resolução, a equivalência de componente(s) curricular(es) dos cursos presenciais e a distância já cursado(s) anteriormente pelo discente em outros cursos de nível semelhante, com componente(s) curricular(es) da Estrutura Curricular do Curso.*

*§1o Entende-se por componente curricular já cursado aquele em que o discente obteve aprovação.*

*§2o É permitido o aproveitamento de estudos de componente(s) cursado(s) em Curso de pós-graduação nesta ou em outra(s) Instituições de Ensino Superior (IES), desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso.*

*§3o O aproveitamento de estudos tratado no caput deste artigo somente poderá ser feito quando os componentes tiverem sido cursados nos últimos 05 (cinco) anos.*

*§4o No tocante ao(s) componente(s) cursado(s) em outras IES, no histórico escolar do discente deverão ser observadas as seguintes normas:*

*I. serão computados os créditos ou horas-aula equivalentes, na forma disposta nos artigos 17, 18 e 19;*

*II. será anotado o conceito indicativo da aprovação;*

*III. será feita menção à IES onde cada componente foi cursado, o nome e a titulação do corpo docente responsável.*

*§ 5o A avaliação da equivalência será feita por uma comissão designada pelo Coordenador de Curso, contendo no mínimo dois docentes incluindo o(s) docente(s) do curso responsável(is) pelo(s) componente(s) curricular(es) a ser(em) avaliado(s).*

*Art. 33. O discente que concluir todos os componentes curriculares poderá solicitar a certificação intermediária, caso não realize o TCC, desde que prevista e regulamentada pelo Projeto Pedagógico do Curso. (IFSC, 2022b)*



## 9.7 Incentivo à pesquisa, à extensão e à produção científica e tecnológica

Entende-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, está posta como uma política do estado brasileiro para as instituições educacionais que trabalham a educação em seus vários níveis e modalidades. As atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser interligadas e voltadas às necessidades da comunidade em que está inserida a Instituição.

A pesquisa, entendida como uma atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à ampliação do conhecimento, através de uma construção coletiva de novos saberes.

Este projeto, na forma de oferta de Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores, baseia-se na construção de uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, na intenção de preparar o estudante para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade relacionadas a sua área de atuação profissional.

O artigo 6º da Lei nº 11892 define algumas possibilidades de concretização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Entre elas, destacam-se:

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa e a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

## 10 CORPO DOCENTE

### 10.1 Coordenadoria do Curso

As atribuições da Coordenadoria do Curso estão dispostas nos artigos 11 e 12 da Resolução CEPE/IFSC nº 45 de 12 de maio de 2022. A Direção-Geral do Câmpus designará a pessoa a ocupar a Coordenadoria entre servidores e servidoras atuantes no curso. O mandato da coordenadoria será de 2 anos, podendo haver no máximo uma recondução de igual período.

### 10.2 Corpo Docente

NOME	REGIME	TITULAÇÃO MÁXIMA
Alexandre Sarda Vieira	D. E.	Doutorado
Ana Carolina Bordini Brabo Caridá	D. E.	Mestrado
Ana Paula Pruner de Siqueira	D. E.	Mestrado
Deise Juliane Mazera	D. E.	Doutorado
Felipe Silveira de Souza	D. E.	Doutorado
Fernando Gonçalves Bitencourt	D. E.	Doutorado
Flavia Maia Moreira	D. E.	Pós-Doutorado
Gustavo Gaciba da Silva	D. E.	Mestrado
Humberto Luz Oliveira	D. E.	Doutorado
Joce Mary Mello Giotto	D. E.	Mestrado

Julie Cristiane Teixeira Davet	D. E.	Mestrado
Luciana Gelsleuchter Lohn	D. E.	Doutorado
Madeline Odete Silva Correa	D. E.	Mestrado
Manuel Sebastian Rebollo Couto	D. E.	Doutorado
Maria Teresa Collares	D. E.	Doutorado
Paula Alves de Aguiar	D. E.	Doutorado
Paulo Henrique Oliveira P. Amorim	D. E.	Doutorado
Sandra Albuquerque Reis Fachinello	D. E.	Mestrado
Talles Viana Demos	D. E.	Doutorado
Vinicius Jacques	D. E.	Mestrado
Volmir Von Dentz	D. E.	Doutorado

Tabela 2: Corpo docente do curso

### 10.3 Colegiado do Curso

O colegiado será composto por:

- Coordenador do curso
- 2 servidores do corpo docente do curso
- 1 servidor técnicos-administrativo
- 1 discente.

O colegiado do curso será composto por eleição e se reunirá semestralmente de maneira ordinária ou a qualquer tempo em sessões extraordinárias para avaliação do andamento das atividades do curso e deliberações que forem encaminhadas a essa instância.

## 11 INFRAESTRUTURA FÍSICA

### 11.1 Instalações gerais e equipamentos

A instituição oferece as dependências necessárias para a implementação do curso proposto (Tabela 3).

Dependências	Quantidade	m <sup>2</sup> (cada)
Sala de Direção	1	70
Salas da Coordenação	1	10
Sala de Professores	2	
Salas de Aula	18	55,8
Sanitários	5	7,92
Sanitário Adaptado para Cadeirantes	2	
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	1	144
Praça de Alimentação	1	191
Secretaria	1	20
Auditório	1	200

Mini Auditório	1	80
Setor de Áudio Visual	1	15
Biblioteca	1	210
Sala de Reuniões	1	
Sala de Videoconferência	1	
Laboratório Interativo	1	55,8
Laboratório de Informática para os Estudantes	1	
Sala de Cultura	1	

Tabela 3: Infraestrutura do Câmpus São José

## 11.2 Pólos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Não se aplica.

## 11.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica.

## 11.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

Não se aplica.

## 11.5 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus São José possui um acervo que contempla as referências bibliográficas das ementas das unidades curriculares dos cursos integrado, subsequente e dos cursos superiores já existentes, atendendo as exigências do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES/MEC).

O acervo da biblioteca inclui livros, periódicos, monografias, CD-ROM's e DVD's. O acervo de livros é composto por: acervo geral, que corresponde às referências bibliográficas do projeto pedagógico do curso, bem como livros de literatura brasileira e estrangeira, material de referência, que corresponde aos dicionários, enciclopédias, atlas, além de mapas que compõe o acervo cartográfico.

A biblioteca está localizada no segundo piso da instituição, contando com uma área de 210 m<sup>2</sup>. O espaço físico dispõe de 02 salas técnicas, 06 cabines de estudo individual e 40 lugares de estudo coletivo. Os 03 computadores disponíveis estão destinados a pesquisa e também é possível o acesso a rede sem fio (wireless).

A Biblioteca utiliza o software Sophia Biblioteca do fabricante Prima Informática, para gerenciamento de seus processos. O Sistema é composto por três módulos:

Módulo Gerenciamento: cadastro de livros, periódicos, usuários, controle de empréstimo/circulação, impressão de relatórios e dados estatísticos, entre outros;

Módulo Aquisição: seleção, cotação e aquisição de materiais;

Módulo Web: permite aos usuários serviços como busca, reserva, renovação e sugestão de novas aquisições através da página <http://biblioteca.ifsc.edu.br>.

Além destes citados, a biblioteca oferece: consulta local ao acervo, empréstimo domiciliar, normalização bibliográfica, catalogação na fonte, divulgação de novas aquisições, atividades artísticas/culturais, visita orientada, consulta a bases de dados com orientação ao usuário para acesso e uso do portal CAPES, que disponibiliza para o IFSC, aproximadamente 170 bases de dados com artigos científicos de textos completos de diversas áreas do conhecimento.

A biblioteca do Câmpus São José funciona de segunda a sexta-feira das 7h30min às 21h.

## **12 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

### **12.1 Colegiado do Curso**

O Colegiado do Curso será o órgão responsável por articular, anualmente, a análise do projeto pedagógico de curso e sua adequação às demandas apresentadas pelos discentes, docentes e técnicos-administrativos.

Para tanto, haverá pelo menos uma reunião pedagógica, convocada pelo coordenador de curso, com o objetivo de analisar a relação entre o projeto pedagógico do curso e: (1) a efetivação dos objetivos gerais e específicos delineados; (2) o atendimento ao público-alvo do curso e o perfil do egresso; (3) a relevância das unidades curriculares e pertinência das ementas; (4) a afinidade do corpo docente com as unidades curriculares ministradas.

## **13 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO**

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 68 DE 02 DEZEMBRO DE 2016
--

Orientação: Citar os documentos que autorizam a oferta do Curso (Resoluções Colegiado do Câmpus, CEPE e CONSUP etc). Completar o preenchimento posterior a aprovação do Curso nas instâncias cabíveis.

## REFERÊNCIAS

- BOFF, L. **Cuidar da terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 6.095**, de 24 de Abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.
- GALLO, S. Transversalidade e Educação: pensando uma educação não-disciplinar. In ALVES, N. (org). **O Sentido da Escola**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**; São Paulo: Senac, 2012.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3<sup>o</sup>, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.
- IFSC. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução CEPE/IFSC nº 22**, de 7 de abril de 2022. Altera a Resolução CEPE/IFSC no 102 de 18 de outubro de 2018, que Regulamenta os processos acadêmicos relativos ao funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina, (IFSC). 2022.
- \_\_\_\_\_. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução CEPE/IFSC nº 45**, de 12 de maio de 2022 - Aprova as diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022b.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239 p.
- MAESTRELLI, S. R. P. TORRES, J. R. Abordagem Temática Freireana: uma concepção curricular para efetivação de atributos da educação ambiental escolar. **Revista e-Currículo**, São Paulo, nº 12, v. 2, maio/out. 2014, ISSN: 1809-3877. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo - PUC/SP.  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/Curriculum>
- PEREIRA, G. A. et al. **Planejamento e avaliação educacional e Institucional**. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **As teorias da Educação e o Problema da Marginalidade**. In: Escola e Democracia. 42 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012. p. 3-34.